



RETROSPECTIVA 2018 UM ANO DE RESISTÊNCIA



Enfim, **FORA Temer.** E agora?

O ano de 2018 representou mais um capítulo na história de luta e resistência da categoria docente. Vivemos a intensificação de um duplo movimento de resistência e organização - com ações voltadas para o interior do Sindicato e da categoria - e ações voltadas para a articulação e a busca da unidade de ação junto a outras categorias e segmentos da classe trabalhadora.

Terminamos o ano reafirmando que a defesa das Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFET só será possível com a ampla unidade da classe trabalhadora. A nossa luta busca revogar a EC/95, a contrarreforma trabalhista e a terceirização ampla e irrestrita; junto a isso, enfrentamos todas as ameaças que atingem nossa categoria.

As expectativas para o ano de 2019 são preocupantes. Já nos primeiros dias do novo governo, assistimos a um conjunto

de ataques à educação e retrocessos aos direitos conquistados pelos/as trabalhadores/as. Fim de ministérios; anúncio de novas contrarreformas no âmbito da previdência e das leis trabalhistas; aumento de 20% para 40% da possibilidade de ensino à distância nos cursos presenciais; retrocessos nos direitos conquistados por indígenas, mulheres e LGBTQTi embalados por um discurso de combate aos avanços relacionados às questões de gênero; um conjunto de medidas provisórias e decretos retirando direitos e um discurso centrado na violência, no armamento e nas forças policial e militar como resposta à crise econômica e social marcaram os primeiros dias do ano novo. No entanto, nenhum anúncio de como gerar novos empregos, de como melhorar os serviços públicos prestados à população mais pauperizada e de como ampliar direitos, além de um reajuste do salário mínimo muito aquém

das necessidades básicas da classe trabalhadora. Uma agenda econômica nebulosa, aliada a acordos políticos partidários também nebulosos e o alinhamento de governadores ao governo federal, anunciam tempos de muitas lutas.

A composição de um Congresso Nacional ainda mais conservador do que o anterior e comprometido, em sua grande maioria, com os interesses do capital, indicam que o patrimônio público e a concepção de serviço público terão que ser defendidos por nós ainda com maior intensidade e habilidade, sob o risco de vivenciarmos um dos maiores processos de privatização de nossa história.

Também terá que estar em nossa centralidade de ação a defesa intransigente das liberdades democráticas. O direito de livre exercício do trabalho docente e a garantia das liberdades para as posições políticas e concepções teóricas serem respeitadas, também, deve ocupar o centro de nossas lutas no próximo ano.

E para nos preparar para os tempos de muitas lutas encerramos 2018 organizando o 38º Congresso do ANDES-SN, que acontece em janeiro em Belém do Pará, com a expectativa que este seja o maior congresso da história do Sindicato e que nos prepare para os grandes desafios e as lutas que teremos que travar no próximo período.

Ao contrário do que nos lembra Chico Buarque, na música Apesar de você: “Hoje você é quem manda/ Falou, tá falado/ Não tem discussão, não/ A minha gente hoje anda/ Falando de lado/ E olhando pro chão, viu”, se referindo a um tempo que não desejamos vivenciar outra vez, a classe trabalhadora, incluídos nela os/as docentes do ensino superior e dos institutos federais e das escolas técnicas, aprendeu, com as liberdades democráticas conquistadas, que não se deve andar olhando para o chão. Ao contrário, se deve andar olhando para a frente, de cabeça e punhos erguidos, demonstrando a disposição para os enfrentamentos.

Que venha 2019, sem ninguém soltar a mão de ninguém!



EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor responsável: Cláudio Mendonça

Redação: Renata Maffezoli MTb 37322 // Bruna Yunes DrT-DF 9045 // Mathias Rodrigues MTb 10126

Editor-chefe: Carlos Eduardo Batista MTb 54262/SP // Fotos: Imprensa ANDES-SN // Diagramação: Renata Fernandes DrT-DF 13743

Belém recebe 38º Congresso do ANDES-SN

O 38º Congresso do ANDES-SN será realizado em Belém (PA), de 28 de janeiro a 2 de fevereiro de 2019. O evento terá organização da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa – Seção Sindical do ANDES-SN). O tema central será “Por Democracia, Educação, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos: em defesa do trabalho e da carreira docente, pela revogação da EC/95”.

Emerson Monte, 2º vice-presidente da Regional Norte II do ANDES-SN e membro da comissão organizadora do evento, afirma que o 38º Congresso acontecerá em meio a uma conjuntura difícil e servirá para preparar a categoria docente para enfrentar os ataques a seus direitos. “Será um congresso bastante esperado por conta da conjuntura. O principal debate que está colocado é sobre a retirada de direitos, os cortes orçamentários, os ataques à educação. É uma conjuntura de Reforma Trabalhista, de tentativa de aprovação da Reforma da Previdência. Nesse panorama, esperamos que o congresso possa debater os elementos iniciais dessa nova conjuntura

que se começa em 2019”, diz.

O docente cita três documentos que nortearão o próximo governo federal e que devem ser analisados pela categoria. São eles, o plano de governo apresentado durante as eleições, as propostas da Frente Parlamentar Evangélica e o documento Panorama Fiscal Brasileiro – apresentado pelo Ministério da Fazenda de Temer à equipe de transição de governo. “Se anunciam ataques profundos à universidade pública, como a proposta de cobrança de mensalidades e da tentativa de cerceamento à liberdade de cátedra”, completa Emerson.

Rosimê Meguins, diretora-geral da Adufpa-SSind e membro da comissão organizadora local, ressalta que a seção sindical comemora 40 anos de fundação em 2019 e que o 38º Congresso do ANDES-SN marcará o início das celebrações de aniversário. “Fazer parte desse congresso é um momento único. A nossa sessão sindical comemora 40 anos em 2019 e o congresso abre uma programação de comemorações da Adufpa-SSind. Temos a preocupação, como é característico do povo paraense,

A CAPITAL PARAENSE JÁ SEDIU O 29º CONGRESSO DO ANDES-SN, EM 2010. BELÉM TAMBÉM RECEBEU OS CONADS DE 1989, 1997 E 2002.

de receber bem, de dar o melhor. Somos uma categoria que se une nas dificuldades para lutar por seus direitos e pela educação pública”, comenta.

A docente também cita debates importantes para a categoria que serão realizados no congresso. “Para nós é importante a possibilidade de participar desse evento de enorme relevância para a categoria docente. Somos uma universidade multicampi e muitos docentes não podem participar do que acontece na sede, em Belém. O congresso será realizado em um momento importante dada a situação política do país. É fundamental debater a importância da educação pública e da liberdade de cátedra”, completa Rosimê.

Sede

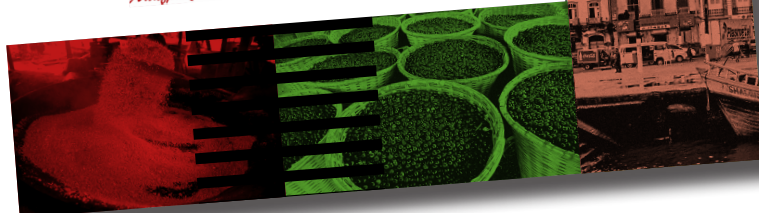
Belém foi definida como sede do 38º Congresso na 37ª edição do evento do Sindicato, realizado em janeiro de 2018 em Salvador (BA).



**congresso
andes-sn**

POR DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SERVIÇOS
PÚBLICOS: EM DEFESA DO TRABALHO
E DA CARREIRA DOCENTE,
PELA REVOGAÇÃO DA EC/95

**28 de janeiro
a 02 de fevereiro
de 2019
Belém - PA**



O Caderno de Textos do 38º Congresso do ANDES-SN está disponível no site do Sindicato Nacional. O período para o recebimento da documentação regimental para inscrição de delegados, observadores e suplentes vai de 3 de dezembro de 2018 a 22 de janeiro de 2019.

A ratificação ou retificação do credenciamento durante o evento ocorrerá em 28 de janeiro de 2019, das 9h às 12h e das 14h às 18h.

2018: ano de **ataques aos direitos**, mas também de muitas lutas



1444

mortes causadas por policiais no Rio de Janeiro

Aumento de **39%** em relação ao mesmo período de 2017

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro

8.237

ocorrências de tiroteio entre o início da intervenção militar no RJ até 15 de dezembro

Fonte: Plataforma Fogo Cruzado

O ano de 2018 será lembrado pelos eventos que o marcaram: o assassinato de Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, a intervenção militar no Rio de Janeiro, o incêndio do Museu Nacional, a intervenção federal em Roraima em razão da crise migratória, a greve dos caminhoneiros, a prisão do ex-presidente Lula e a eleição do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro à Presidência da República, uma série de ataques de ódio motivados pela política.

Rio de Janeiro

O ano começou com a intervenção militar no Rio de Janeiro, decretada pelo presidente Michel Temer em 16 de fevereiro. O decreto restringiu os poderes do governo fluminense e colocou o Exército no comando da segurança pública do estado. O ANDES-SN, movimentos sociais e outras entidades sindicais se posicionaram contrários à intervenção.

Nota assinada no início de março por docentes que atuam na base da Associação dos Docentes e Profissionais do Ensino a Distância do Rio de Janeiro (Adopead - Seção Sindical do ANDES-SN), da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (AdurRJ- SSind), da Associação dos Docentes da Universidade

do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj-SSind), e moradores da Zona Oeste do Rio de Janeiro ressaltava que a atuação do Exército reforça a segregação de classes e a segregação racial no Rio de Janeiro.

Um dos casos de violência que ocorreu durante a Intervenção Militar no Rio: o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista Anderson Gomes, em 14 de março. Negra, mãe, nascida e criada na favela da Maré, Marielle tinha atuação pautada na defesa de negros e pobres e denunciava a violência contra essa parcela da população.

Marielle era uma das relatoras da comissão instalada na Câmara Municipal para acompanhar a atuação das Forças Armadas durante intervenção militar federal.

Eblin Farage, secretária-geral do ANDES-SN, avalia que a militarização é um aspecto conservador e repressivo da crise internacional do capital. “O que houve em 2018 é consequência do aspecto militarista da crise internacional do capital. O capital não consegue responder à sua própria crise e, por isso, além de todo o arrocho econômico, necessita recorrer aos elementos fascistas e à repressão”, diz.

Para ela, o desafio é entender o que



Em 3 de setembro um incêndio destruiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro. O ANDES-SN denunciou publicamente o descaso do Governo Federal com as diversas manifestações de curadore(a)s, pesquisadore(a)s sobre a manutenção e conservação do Museu.

houve em 2018 para, em 2019, agir com passos mais firmes e seguros. “A crise não será superada e a tendência é o agravamento da crise social. E essa crise social vai ser combatida pela burguesia com extrema violência. A repressão não virá como em 1964. Virá de outra maneira, legitimada pelo voto popular. Temos que estar preparados para reagir de outra maneira. E agir rápido, logo no início do governo, que vai tentar usar sua capilaridade para aprovar mais ataques”, completa a secretária-geral do ANDES-SN.

Cresce a violência no campo

O ano também foi de aumento da violência no campo, em especial contra militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do movimento indígena. Em janeiro, Márcio Matos, conhecido como Marquinho do MST, foi assassinado em sua casa, na frente do seu filho de seis anos. Márcio morava no assentamento Boa Sorte, na região da Chapada Diamantina (BA).

Em julho, 450 famílias de trabalhadores sem terra do Acampamento Hugo Chávez foram atacadas por pistoleiros. A ocupação está localizada em Marabá (PA). Durante a ação violenta, foram realizados diversos disparos contra as famílias. Jagunços atearam fogo nos

barracos e na estrada, interditando a única via de acesso ao acampamento.

Em dezembro, dois militantes do MST foram assassinados no interior do acampamento Dom José Maria Pires, no município de Alhandra (PB), a cerca de 45km de João Pessoa. Testemunhas afirmam que os bandidos entraram encapuzados no acampamento e metralharam a área onde jantavam os agricultores.

Prisão de Lula e eleições

No campo político-eleitoral, 2018 também foi marcante. Em abril, em um ato seletivo do Poder Judiciário, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi preso. O ANDES-SN divulgou nota de repúdio à prisão. “O Poder Judiciário tem sido um braço forte, em conjunto com as forças repressivas, no combate aos direitos democráticos e aos direitos sociais conquistados por nossa classe”, disse o Sindicato Nacional.

A prisão mudou o cenário eleitoral. Jair Bolsonaro (PSL) venceu as eleições em meio a um crescimento dos ataques de ódio motivados por política, a maioria cometida por seguidores do presidente eleito. É o caso do assassinato do mestre de capoeira Moa do Katendê, em Salvador (BA), em outubro. Mestre Moa foi esfaqueado doze vezes nas costas por um apoiador de Jair Bolsonaro quando disse que era eleitor do PT.

Outros ataques de ódio, com motivações

protofascistas, ocorreram no final do ano. Suásticas e mensagens de ódio foram desenhadas em muros e banheiros de diversas universidades. Em Curitiba (PR), um estudante da Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi agredido por usar um boné do MST. Para o ANDES-SN, o discurso de ódio e as práticas fascistas tentam intimidar o movimento estudantil, movimento sindical e o direito da comunidade acadêmica se posicionar politicamente. “O uso da violência tem por objetivo calar a voz dos movimentos sociais e da esquerda no Brasil”, afirmou à época, em nota, a direção da entidade.

Roraima

O ano terminou com uma nova intervenção militar, dessa vez em Roraima. Michel Temer destituiu a governadora Suely Campos (PP) de seu cargo e nomeou o governador eleito Antonio Denarium (PSL) como interventor até a data de sua posse. O governo federal também liberou R\$ 225 milhões para Roraima. A justificativa foi a crise migratória pela qual passa o estado do norte do país. Denarium é defensor de políticas mais agressivas contra os venezuelanos.

Segundo a prefeitura de Boa Vista, capital do estado, há cerca de 30 mil venezuelanos na cidade, o que representa 10% da população local. Os venezuela-



O ANDES-SN atuou para barrar a tramitação do projeto Escola sem Partido

nos enfrentam fome, pobreza e ataques xenófobos em Roraima, mas também encontram solidariedade de parte da população.

Lutas do movimento docente

No movimento docente houve muitas lutas e mobilizações. No Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (Iees/Imes), por exemplo, houve uma série de greves. Os docentes cruzaram os braços para lutar por seus direitos e pela educação pública nas universida-

des estaduais paulistas, nas universidades estaduais e no Ensino à Distância (EAD) fluminenses, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern), na Universidade do Estado do Pará (Uepa) e na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Já no Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes), os docentes se somaram aos demais Servidores Públicos Federais (SPF) para lutar contra os cortes de orçamento dos serviços públicos promovidos em razão da Emenda Constitucional

(EC) 95/16, do Teto de Gastos. O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) lançaram sua campanha salarial unificada em fevereiro, mas não obtiveram avanços na negociação com o governo.

O lançamento foi marcado por um ato de servidores em frente ao Ministério do Planejamento. De um carro de som, representantes das entidades apresentaram suas posições críticas à Reforma da



Previdência, à EC 95 do Teto de Gastos, à Lei das Terceirizações, à Reforma Trabalhista e à intervenção militar federal no Rio de Janeiro. Em seguida, as entidades assinaram a pauta de reivindicações da Campanha Salarial de 2018, que atualiza pontos de 2017 e traz a novidade de unificar a pauta do Fonasefe com a dos servidores federais de carreiras típicas do Estado.

Eblin Farage, secretária-geral do ANDES-SN, ressalta que a luta do Sindicato Nacional durante o ano de 2018 não teve como foco somente as bandeiras da categoria. “A avaliação é de que o ataque é ao conjunto dos servidores públicos, logo, a única possibilidade de sucesso na luta também seria no conjunto dos servidores públicos. Talvez a maior expressão disso tenha sido que, alguns ganhos que os docentes de universidades estaduais tiveram em 2017, não foram cumpridos em 2018. Isso demonstra que a luta em defesa da manutenção da carreira docente e da educação pública não passa só pela luta dos docentes. Nós devemos ser os propulsores da mobilização, mas a mobilização não pode se restringir a nós”, explica.

Eblin explica que em 2018, o ANDES-SN ampliou o horizonte de suas articulações, intensificando a atuação no Fonasefe, nos fóruns estaduais dos servidores e com movimentos sociais. “No segundo semestre, nos esforçamos para revitalizar a luta contra o Escola Sem Partido e pela articulação e construção do Fórum Nacional Sindical e Popular e de Juventudes, que esperamos aprovar no 38º Congresso do ANDES-SN”, completa.

DESTAQUES DE 2018

REFORMA DE CÓRDOBA – Em junho, completaram-se cem anos da Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina. Estudantes ocuparam a Universidade de Córdoba e depuseram o reitor, exigindo uma reforma na educação. O recém-constituído movimento estudantil da classe média urbana exigia participar da gestão da universidade, livre cátedra aos docentes e que a universidade cumprisse um papel social, com a extensão.

Em 12 de outubro, um decreto presidencial respondia aos anseios do movimento estudantil, democratizando as universidades do país. O movimento “reformista” se espalhou pelo continente, com forte presença no Peru. Até hoje, suas bandeiras são base de movimentos que defendem a universidade pública na América Latina.

ABOLIÇÃO – Em 13 de maio, a assinatura da Lei Áurea completou 130 anos. O movimento de negros e negras do Brasil, no entanto, celebra sua história de lutas em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. A data, uma homenagem a Zumbi dos Palmares, lembra os séculos de resistência do povo negro contra a escravidão. Zumbi e Dandara foram representantes da resistência negra à escravidão no Brasil Colonial e lideraram o Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos dos engenhos, indígenas e brancos pobres expulsos das fazendas.

CONSTITUIÇÃO – A Constituição Federal completou 30 anos. Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Carta Magna

mudou muito em três décadas. Fruto de um processo de redemocratização pós-ditadura empresarial-militar, que expressava, com contradições, a força dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores, a Constituição foi sendo modificada de acordo com os interesses do Congresso, cada vez mais marcados pelas imposições de grupos econômicos.

A Desvinculação de Receitas da União (DRU), a reforma da Previdência de 2003 e o Teto de Gastos – instituído pela Emenda Constitucional (EC) 95/16 são exemplos dessas imposições. Uma vitória expressa na Constituição de 1988, fruto muita luta do ANDES-SN, foi a garantia da gratuidade da educação pública como um direito de todo cidadão brasileiro.

A15 – O Ato Institucional nº 5 (AI5) completou 50 anos em 2018. Com ele, a ditadura empresarial-militar brasileira aumentava a repressão e aprofundava o golpe. O Congresso Nacional e Assembleias Legislativas do país foram fechados. O ato dava poderes de legislador ao presidente e aos governadores, permitindo-os editar decretos-leis. O fim dos habeas corpus para crimes de “motivação política” também estava previsto no AI5. O ato também tornava ilegais reuniões políticas não autorizadas previamente pelo Estado, instituía a censura prévia a músicas, filmes, jornais e peças de teatro e permitia a demissão de servidores públicos por questões políticas.



Luta das mulheres marca 2018



O ano de 2018 foi marcado pela mobilização de mulheres em diferentes partes do mundo. No Brasil, já no carnaval, houve campanhas contra o assédio sexual em várias cidades. As marchas do 8 de março também tiveram força. Aqui e em outras regiões do globo, centenas de milhares de mulheres foram às ruas em busca de direitos.

Caroline Lima, 1ª secretária do ANDES-SN, opina que o crescimento mundial das mobilizações de 8 de Março é resultado do avanço da presença de feministas nos espaços políticos, no movimento sindical, nos movimentos sociais. Caroline também compõe a coordenação do Grupo de Trabalho de Política de Classe para questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) da entidade.

“É importante registrar que o 8M ganhou muita força de 2016 para cá. O movimento de mulheres começa a se organizar desde o início do ano, com a pauta do 8M, as marchas e as ações. Acho que esse elemento indica que o ano já começa com intervenção das mulheres nas ruas, com uma pauta muito cara para o movimento feminista”, avalia.

Segundo Caroline, um avanço na luta das mulheres foi a percepção, sob a ótica de

gênero, de que direitos da classe trabalhadora estavam retrocedendo. Nas manifestações de rua, as mulheres pautaram a luta contra as mudanças na legislação trabalhista e previdenciária, denunciando que serão as mais afetadas por esses ataques.

“Hoje, os movimentos sociais e o movimento sindical não podem mais fazer uma leitura da conjuntura só com o olhar do político e do econômico. As lentes de gênero estão presentes, porque as mulheres estão reivindicando isso. E também tem se refletido na organização sindical. Não só no ANDES-SN, mas na CSP-Conlutas, na CUT, e em diversas entidades. As mulheres estão cobrando que as lentes de gênero se façam presentes para que haja o reconhecimento dessas pautas, que por muito tempo foram colocadas de lado, como se não fossem prioridade”, comenta.

Ela destaca ainda que outro elemento da intervenção das mulheres é o reconhecimento de que o machismo e o racismo são estruturantes. “As mulheres e o movimento feminista vêm dando o tom da luta não só no Brasil, mas na América Latina e no mundo. A pauta sindical, o debate nas universidades, a nossa campanha de combate ao assédio moral e ao assédio sexual foram construídos numa perspectiva a partir

ANDES-SN EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

Desde o 34º Congresso, o ANDES-Sindicato Nacional é a favor da descriminalização do aborto. O 37º Congresso, em janeiro de 2018, aprovou a luta pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito. Os presentes entenderam que a mulher deve ter o direito de decidir sobre seu próprio corpo e que o aborto é uma questão de saúde pública.

das lentes de gênero. Isso é importante, e não aconteceu por acaso. Isso foi pautado a partir dos movimentos feministas e dos movimentos de mulheres”, acrescenta.

A coordenadora do GTPCEGDS ressaltava a importância da luta das mulheres negras. Uma luta que ganhou mais relevo após o assassinato da vereadora do PSol/RJ, Marielle Franco, em março de 2018. “Não tem como não considerar que a execução de Marielle também foi uma forma de tentar fazer com que o movimento de mulheres negras recuasse, mas não recuou. Virou semente. Reagiu e ocupou as ruas do país inteiro. Segue cobrando do Estado respostas e justiça para o assassinato. Há de se reconhecer que quem está levando o debate sobre direitos humanos, contra o genocídio da população negra e contra o racismo institucional são as mulheres e o movimento das mulheres negras”, completa.

Nas ruas o ano todo

As mulheres voltaram às ruas em junho, em defesa da legalização da interrupção da gravidez. “Chegou a nossa hora de legalizar o aborto”, foi o lema das manifestações realizadas em várias cidades brasileiras. Os atos se referiam à vitória contra o aborto clandestino na Irlanda, em maio, e na



Março

O Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras pautou o fim da violência. No Brasil, houve manifestações em mais de 50 cidades. As seções sindicais do ANDES-SN participaram celebrando a data.



Junho

As mulheres foram às ruas em defesa da legalização da interrupção da gravidez. Atos semelhantes tiveram êxito na Irlanda, em maio, e na Câmara Federal argentina, no mês seguinte.



Câmara Federal argentina, no mês seguinte.

Em julho, uma nova onda de protestos serviu de preparação para as mobilizações de 3 de agosto. Nesta data, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou a audiência pública que discutiu a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, que busca descriminalizar o aborto até a 12ª semana de gestação.

Pela vida das Mulheres

Entre 3 e 6 de agosto, milhares de mulheres participaram do festival “Pela Vida das Mulheres”, na capital federal. Acompanharam também a audiência no STF, com a participação de pesquisadores e profissionais da Saúde. Foi um final de semana marcado por debates, rodas de conversas e oficinas, além de apresentações artísticas e passeatas. O festival terminou na segunda-feira (6), quando as mulheres amanheceram em frente ao STF, para o segundo dia da audiência pública.

“Os debates sobre violência, assédio sexual e aborto foram os principais eixos da luta das mulheres neste ano e acabaram dialogando com outros eixos. Não tem como discutir o aborto sem pensar a mulher trabalhadora que é a que morre [em razão de procedimentos clandestinos]. Ou seja, não tem como pensar o aborto sem discutir classe. Ao realizar a audiência pública, o STF reconhece a importância também desse movimento organizado”, afirma Caroline.

Em 8 de agosto, o Senado argentino rejeitou o projeto de descriminalização do aborto no país. Mas o resultado apertado mostrou que a luta no país ainda não acabou. Houve mobilizações de mulheres em diferentes partes do mundo. Vigílias e manifestações de solidariedade foram realizadas, reforçando o internacionalismo da luta das mulheres.

“Estamos vivendo uma conjuntura de retrocessos e, ao mesmo tempo, há a resistência do movimento de mulheres, que aponta que é fundamental continuar na luta”, comenta a diretora do ANDES-SN.

#EleNão

Em setembro (29) e outubro (20), as mulheres novamente protestaram contra o machismo. A mobilização começou nas redes sociais e ganhou as ruas com manifestações massivas. Houve manifestações em vários países em apoio à pauta do movimento #EleNão.

“Depois da Jornada de Junho de 2013, o #EleNão foi um dos principais movimentos que colocou o povo na rua para contestar as práticas fascistas, misóginas, racistas e denunciar o que é esse projeto, que acabou vencendo no processo eleitoral. Foi um movimento que se organizou de forma muito rápida. É visível que as mulheres estão organizadas”, avalia Caroline.

Contra a violência

O ano ainda teve os “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, uma mobilização anual, realizada por atores da sociedade civil e do poder público. Mundialmente, a campanha teve início em 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, e se estendeu até 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Em dezembro, o líder religioso João de Deus, de Abadiânia (GO), foi denunciado por centenas de mulheres por assédio sexual e estupro. Até o encerramento desta edição, o número de denúncias ultrapassava 500. O caso está sob investigação da Polícia Civil de Goiânia.

“Creio que o avanço do movimento feminista e de suas pautas fizeram com que outras mulheres percebessem que elas não estão sozinhas, o que deu coragem para que elas denunciassem esses crimes. O avanço da discussão política sobre o que é violência contra as mulheres está fazendo com que elas denunciem, sejam elas feministas ou não, evangélicas, católicas ou de outras crenças. Elas estão reconhecendo que estão sendo violentadas. Esse é um dado que nos mostra a importância da organização do movimento e da luta das mulheres”, conclui a diretora.

CÂMARA APROVA PROJETOS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

A Câmara dos Deputados aprovou no final de novembro quatro projetos de lei relacionados aos direitos das mulheres. A pauta foi motivada pela campanha mundial dos “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”.

As votações ocorreram após negociação da bancada feminina com líderes partidários. Os projetos preveem o agravamento da pena para feminicídio, a ampliação de medidas protetivas da Lei Maria da Penha e regras para punir o registro de intimidação sexual.

Requisitos prejudiciais

Foi votada, também, a lei que autoriza mães e grávidas em prisão preventiva a passar para o regime domiciliar. Embora as alterações no texto da Lei de Execução Penal sejam positivas, pois diminuem a fração de tempo a ser cumprida para se alcançar a progressão de regime e garantem o regime domiciliar, a nova legislação impõe critérios que são desproporcionais e tornam sua aplicação inócua.

Segundo análise do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITCC), três dos requisitos são especialmente prejudiciais: a comprovação da primariedade; a comprovação de não integração a organização criminosa, e a comprovação de bom comportamento carcerário pelo diretor ou pela diretora do estabelecimento.

Apesar de reconhecer a importância e o potencial desencarcerador da nova Lei nº 13.769, o ITCC “avalia com preocupação as novas condições criadas para o acesso aos direitos previstos, que sequer são exigidas a qualquer outra pessoa condenada ou acusada de crimes e que não possuem relação com o fato de serem mães, gestantes, lactantes”.

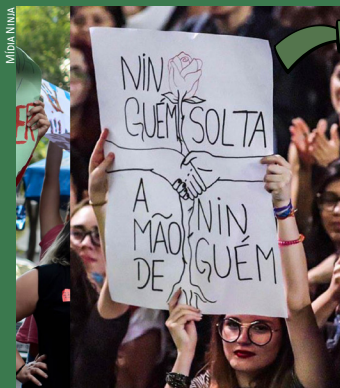
Agosto

Milhares de mulheres participaram do festival “Pela Vida das Mulheres”, na capital federal. Foi um final de semana marcado por atividades sobre o tema.



Setembro e Outubro

As mulheres voltaram às ruas para protestar contra o machismo, a lgbtobia, o conservadorismo, o protofascismo, em defesa da democracia e contra a ditadura.



Novembro

Os “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. Anual e global, a mobilização começou em 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Luta em defesa da liberdade de cátedra e das IES marcou ano do movimento docente

O ano de 2018 foi de intensas lutas para a categoria docente. Além dos problemas já conhecidos, como cortes e contingenciamentos de verbas e a precarização do trabalho docente, a categoria enfrentou sérias ameaças à liberdade de cátedra e à democracia nas Instituições de Ensino Superior (IES). Os ataques, sem precedentes desde a redemocratização do país, ocorreram em todo o Brasil.

Em outubro passado, na semana que antecedeu o segundo turno das eleições, universidades e sindicatos de docentes, em todo o país, sofreram casos de coação e perseguição, por policiais e pela Justiça Eleitoral. As ações tentaram cercear a livre expressão do pensamento. Em diferentes lugares, a comunidade acadêmica se posicionou publicamente contra o fascismo e em defesa da democracia.

A seção sindical do ANDES-SN em Campina Grande (Adufcg SSind.) sofreu uma dessas ações. A Polícia Federal confiscou os panfletos da entidade “Manifesto em defesa da democracia e da universidade pública”, e os HDS dos computadores. Outro caso ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF). O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) e a Polícia Militar entraram no local sem mandado de busca e apreensão e retiraram uma bandeira com os dizeres

“Direito UFF Antifascista”.

Após os atos abusivos em mais de 20 universidades, o Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionou, por unanimidade, a favor da liberdade de expressão, da autonomia universitária e da liberdade de cátedra. O STF confirmou a decisão liminar concedida pela ministra Cármen Lúcia, que suspendeu os atos judiciais e administrativos que possibilitaram a presença de agentes policiais em universidades públicas e privadas pelo país.

O posicionamento se deu em 31 de outubro, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 548. A ação foi movida pela procuradoria-geral da República, que pedia a “suspensão dos efeitos de atos judiciais ou administrativos, emanados de autoridade pública que possibilite, determine ou promova o ingresso de agentes públicos em universidades públicas e privadas”. O ANDES-SN entrou como amicus curiae em defesa da categoria docente, da educação pública e das instituições de ensino superior.

Patrulha nas instituições

Logo após as eleições, que resultaram na vitória de Jair Bolsonaro (PSL) à presidência da República, a deputada estadual eleita em Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo (PSL), incitou estudantes a vigiarem seus

professores e denunciarem “manifestações político-partidárias ou ideológicas”. O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) ingressou com uma ação na Justiça contra a deputada por incitar estudantes a patrulharem seus professores.

Contra-ataque

Diante das tantas ameaças à liberdade de cátedra, feitas por políticos aliados do presidente eleito e pelo próprio Jair Bolsonaro, o ANDES-SN, através da sua Assessoria Jurídica Nacional (AJN), elaborou orientações preliminares sobre este direito constitucional.

O documento esclarece que a liberdade de cátedra é um direito previsto na Constituição de 88. Por um lado, garante à comunidade o acesso às pesquisas e ideias desenvolvidas pela academia, e, por outro, assegura a liberdade de atuação em sala de aula. De acordo com a AJN, qualquer conduta ou ação que busque limitar esse direito é inconstitucional.

O Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos (CNASP) e a AJN do ANDES-SN divulgaram também, em meados de novembro, uma cartilha para orientar os docentes sobre como proceder para defender a liberdade de cátedra. Intitulada “Liberdade de Cátedra, de Ensino e de Pensamento”, a cartilha traz uma série de leis



PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO É ARQUIVADO

Após semanas de disputa, o Projeto Escola Sem Partido foi arquivado. Assim, o debate sobre a censura na educação brasileira só será retomado em 2019.

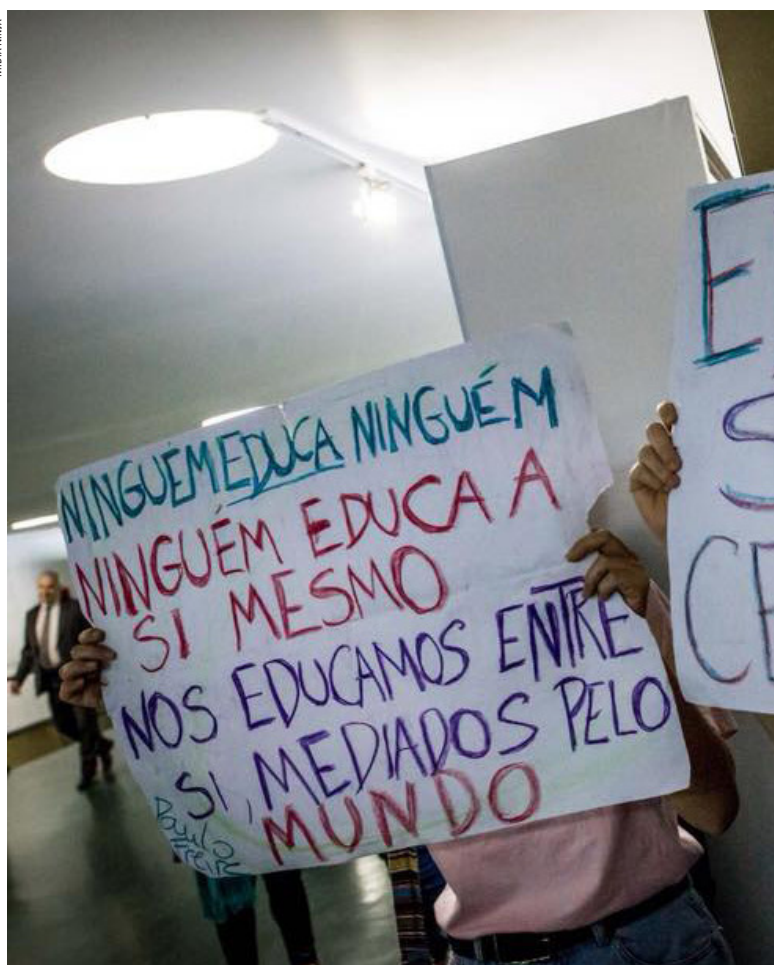
As entidades ligadas à educação, reunidas na Frente Nacional Escola sem Mordada, durante semanas, fizeram pressão junto a deputados contrários a proposta. A última, que terminou em vitória da liberdade de cátedra, foi a 12ª reunião para votar o parecer.

Desde o mês de julho, a comissão convocou reuniões para discutir e votar o relatório do deputado Flávio (PSC-SP). A próxima legislatura (2019-2022) pode desarquivar o projeto do Escola Sem Partido,



mas será necessário retomar toda a sua tramitação do início.

“Foi uma importante vitória, mesmo que parcial, o arquivamento do projeto. A Frente Nacional Escola sem Mordada junto com a ação parlamentar dos deputados opostos ao projeto foi muito importante para o resultado. Ficaremos atentos à nova tramitação em 2019 e manteremos firme a articulação das entidades ligadas à educação”, disse a coordenadora do GTPE do Sindicato Nacional, Raquel Araújo.



VITÓRIA NOS ESTADOS

O Conselho Estadual de Educação do Ceará aprovou uma resolução, em dezembro de 2018, que garante a liberdade de expressão e pensamento aos professores do estado. A determinação veda qualquer censura aos educadores e assegura o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

A resolução também proíbe qualquer integrante da comunidade escolar de filmar, fotografar ou gravar aulas ou qualquer manifestação de pensamento para fins de violação de direitos.

Na Assembleia Legislativa do Ceará (Alce) tramitava o Projeto de Lei (PL) 273/2015, que previa medidas contra a "doutrinação político-partidária", que foi arquivado no dia 13 de dezembro, devido à mobilização da Frente Estadual Escola sem Mordaça.

No Maranhão, o governador Flávio Dino (PCdoB) assinou um decreto, em 12 de novembro de 2018, em resposta ao projeto Escola sem Partido. No texto, Dino garante que professores, estudantes e funcionários são livres para expressar os seus pensamentos e opiniões no ambiente escolar.

Na Paraíba, a Assembleia Legislativa (ALPB) aprovou, no dia 4 de dezembro, PL 2013/2018 de autoria do governo estadual que garante a livre docência nas escolas do Estado. O projeto permite a expressão de pensamentos e opiniões em ambiente escolar nas redes públicas e privadas de ensino do estado.

e orientações para ajudar as comunidades acadêmicas a combater todas as tentativas de censura. A cartilha trata de casos de agressão física e verbal, da responsabilidade das instituições de ensino, do Ministério Público e das entidades sindicais. Também aborda como a Constituição e as leis tratam o ensino e a liberdade de cátedra.

Além dos materiais, entidades sindicais e estudantis nacionais da educação, entre elas o ANDES-SN, realizaram nos dias 4 e 5 de dezembro atividades em defesa da democracia e de uma educação pública, gratuita, de qualidade e sem censura. No dia 4 foram realizadas palestras e atividades nas IES para debater a democracia e os 30 anos da Constituição. Já no dia 5, ocorreram atividades na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), para marcar o Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública.

A programação contou com uma audiência pública, na parte da manhã, em defesa das universidades, das escolas do ensino básico, técnicas e tecnológicas públicas federais, estaduais e municipais. Pela tarde, foi relançada a Frente Nacional Escola Sem Mordaça e lido um manifesto contrário à censura na educação. Logo após, foi realizada uma palestra sobre o "Escola Sem Partido", com Fernando Penna, docente da UFF. Na semana seguinte às mobilizações, o Projeto Escola sem Partido foi arquivado na Comissão Especial, onde tramitava em

caráter terminativo.

Avaliação

Raquel Araújo, 1ª tesoureira do ANDES-SN e uma das coordenadoras do GTPE do Sindicato Nacional, avalia que todos os ataques à educação pública nos últimos anos fazem parte de um projeto maior do capital. "Querem adequar a educação aos interesses do mercado. Os ataques à democracia, liberdade de cátedra, criminalização de professores e estudantes vem junto com a BNCC, reforma do Ensino Médio, a tentativa de privatizar o ensino superior com a cobrança de mensalidade, entre outras medidas", pontua.

A diretora do Sindicato Nacional reforça a importância do 38º Congresso do ANDES-SN, em janeiro de 2019, para fazer a análise de conjuntura e definir os próximos passos da mobilização. "Temos uma expectativa que esse novo governo, como anunciado no seu programa, irá atacar a educação pública e criminalizar os movimentos sociais. A educação será um alvo, em especial, a educação superior pública, as universidades, e nós teremos grandes desafios para o próximo período. A única forma de enfrentar os desafios é com organização e luta feita por meio da mais ampla unidade de ação, a partir da constituição de frentes e fóruns em defesa dos direitos e das liberdades democráticas que estão em risco", disse.

AÇÃO E REAÇÃO

A deputada Campagnolo é a mesma que acusou a docente Marlene de Fáveri de "perseguição religiosa, política ou ideológica" por ser "antifeminista e cristã", quando foi sua aluna e orientanda no mestrado. Campagnolo perdeu a ação e agora virou ré de uma ação ajuizada por Fáveri.

Logo após a incitação da deputada, a professora Amanda Mendonça, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi filmada e intimidada por um estudante, durante suas aulas na disciplina de Educação Brasileira. No início de novembro, comunidades acadêmicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade de Pernambuco (UPE) foram alvos de ataques de ódio e ameaças. Na UFPE, foi divulgada e distribuída uma carta "contra os doutrinadores esquerdistas", que, segundo o texto, serão banidos da universidade em 2019. Na UPE de Nazaré da Mata ocorreu o mesmo. O texto afirma ainda que o espaço Paulo Freire passará a se chamar espaço Coronel Ustra – em referência ao primeiro militar a ser reconhecido pela justiça como torturador.

Organização da luta na categoria docente

Em 2018, uma série de greves, paralisações, mobilizações, seminários e encontros nacionais foram realizados pelo ANDES-SN. De 22 a 27 de janeiro, ocorreu o maior evento da entidade, o 37º Congresso do Sindicato Nacional, em Salvador (BA). Os debates resultaram nas deliberações de lutas da categoria docente em 2018: barrar a contrarreforma da Previdência, construir a mobilização da categoria docente e a unidade de ação nas ruas.

No mês seguinte, no dia 19, diversas entidades ligadas à educação, servidores públicos de outras categorias de trabalhadores, movimentos sociais e estudantis construíram o Dia Nacional de Greves, Paralisações e Mobilizações contra a contrarreforma da Previdência em diferentes estados do país.

Em Brasília (DF), os servidores públicos lançaram a Campanha Salarial de 2018. Na pauta constava a retirada da proposta da contrarreforma da Previdência e a revogação da Emenda Constitucional (EC) 95/16 - do Teto de Gastos e de outras contrarreformas, que representam ataques aos trabalhadores. Além disso, os servidores exigiram a data-base no dia 1º de maio, e outros pontos específicos da carreira.

De 13 a 16 março, o Sindicato Nacional participou do Fórum Social Mundial, na cidade de Salvador, e promoveu a mesa "Educação, Ciência e Tecnologia: Por uma alternativa anticapitalista". Em conjunto com as seções sindicais baianas lançou também a Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior.

Formação Política e Sindical e Comissão da Verdade

Nos dias 6 e 7 de abril ocorreu o Curso Nacional de Formação Política e Sindical do ANDES-SN de 2018, em Rio Branco (AC), que tratou o conceito de quilombo. Já o Seminário da Comissão da Verdade do ANDES-SN ocorreu nos dias 26 e 27, em São Paulo, com o tema "Continuidades da ditadura na universidade e na sociedade".

Semana Nacional de Lutas e Conape

O Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior do ANDES-SN realizou, de 21 a 25 de maio, a Semana Nacional de Lutas. Os docentes reivindicaram a garantia e ampliação do financiamento público nas instituições. De 24 a 26 do mesmo mês, o Sindicato Nacional participou da I Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), em Belo Horizonte (MG).

Mobilização dos SPF

No mês de junho (7), os servidores públicos federais (SPF) construíram um Dia Nacional de Lutas em Defesa dos Serviços Públicos. Nos estados, as seções sindicais do ANDES-SN fizeram panfletagens e aulas públicas. Na capital federal, os servidores fizeram ato em frente ao Ministério do Planejamento. Centenas de servidores públicos, de diversos estados do país, se reuniram em Brasília, em 19 e 20 de junho, para a Jornada de Lutas em defesa dos serviços públicos. No primeiro dia, os servidores fizeram ato em frente

ao Ministério do Planejamento exigindo a revogação da EC 95 e, depois, no Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 20, além dos atos nos estados em frente aos Tribunais de Justiça, os manifestantes acompanharam, em frente ao STF, o julgamento do recurso da data-base do funcionalismo público.

63º Conad e posse da nova diretoria

No meio do ano, de 28 de junho a 1º de julho, os docentes atualizaram os planos de lutas do sindicato, para o segundo semestre de 2018, durante o 63º Conad do ANDES-SN, em Fortaleza (CE). Na ocasião, a atual diretoria do ANDES-SN (2018-2020) foi empossada.

SBPC

Em julho, o ANDES-SN participou da 70ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A entidade organizou uma tenda alternativa, promoveu debates sobre o papel das universidades públicas na produção da Ciência e Tecnologia do país, o financiamento desta área e a influência do pagamento da dívida pública e das privatizações na produção de conhecimento. O evento científico, considerado o maior da América Latina, ocorreu de 22 a 28 de julho, em Maceió (AL).

BNCC e Defesa do Serviço Público

No dia 2 de agosto, professores de todo o país denunciaram o teor da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que permite a contratação de professores sem formação



pedagógica, entre outros problemas. Já no dia 10 de agosto, a categoria docente participou do Dia Nacional de Lutas em Defesa do Serviço Público de Qualidade. Depois, foi realizado o Seminário “O Serviço Público que Queremos” de 30 a 1º de setembro. O debate resultou em um calendário de lutas com uma Marcha a Brasília, no dia 13 de setembro, para exigir do STF a revogação da EC 95 e votação a favor da data-base.

Organização da luta

No mês de setembro, diversas atividades foram promovidas pelo ANDES-SN permitindo o debate aprofundado sobre a conjuntura, organização da luta e contra os ataques impostos nas mais diversas frentes. Nos dias 14, 15 e 16, em Salvador, ocorreu o Seminário de Formação Política e Sindical do ANDES-SN com o tema “Universidade, trabalho e movimento docente”. De 21 a 23, aconteceu o XVI Encontro das Estaduais e Municipais, em Campos dos Goytacazes (RJ). O Sindicato Nacional promoveu em Santa Maria (RS), no dia 28, um debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, a legalização do aborto, entre outros temas. No dia 29, o debate foi sobre a luta contra o capacitismo nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Jurídico e Carreira

Os mecanismos jurídicos de defesa do trabalhador foram tratados no Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN, realizado nos dias 19 e 20 de outubro, na capital federal. Também nos dias 20 e 21, foi realizado o Encontro Nacional sobre a Carreira EBTT e Ensino Básico das IES, em Niterói (RJ), que debateu a precarização do trabalho docente, o controle de ponto imposto aos professores do EBTT, entre outros.



Niterói sediou nos dias 20 e 21 de outubro o Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e Ensino Básico das Instituições Estaduais de Ensino Superior (Iees).

C&T e Meio Ambiente

O III Seminário de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN “Marco Legal e a privatização da Ciência e Tecnologia no Brasil” foi realizado em Campinas (SP), em 23 e 24 de novembro. Na mesma data, ocorreu o Seminário Nacional sobre Agrotóxicos, com o tema “Agro_TÓXICO: contamina, envenena e mata!”, em Curitiba (PR).

Reorganização da classe trabalhadora

Docentes de diversas seções sindicais do ANDES-SN participaram do seminário interno “Reorganização da classe trabalhadora diante dos desafios do período”, nos dias 30 novembro e 1º de dezembro em Brasília. A reunião debateu a conjuntura, os desafios da reorganização da classe trabalhadora e da educação superior no Brasil e na América Latina.

EAD e impactos da mineração

Financiamento, condições de trabalho

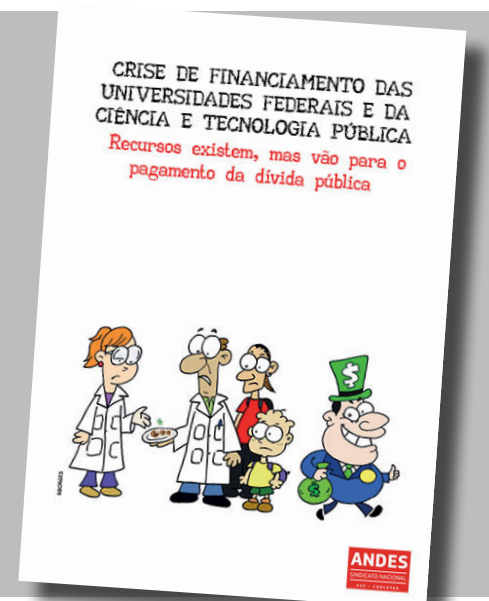
e formação de professores no Ensino à Distância foram alguns dos temas debatidos no Seminário Nacional de EAD do ANDES-SN, sucedido nos dias 8 e 9 de dezembro, no Rio. De 13 a 15, ocorreu o II Seminário Regional Sobre os Impactos dos Projetos de Mineração no Rio Grande do Sul. Na região estão previstos três projetos de mineração.

“A nossa prioridade em 2018 foi uma atuação em dois grandes eixos, a partir das deliberações congressuais e diante das exigências que a conjuntura nos impôs. Por um lado, externamente, fizemos um trabalho articulado com outras entidades e organizações, com atuação mais incisiva no Fonasefe, na rearticulação da CNESF e no fortalecimento da Conedep, visando a construção do III ENE em 2019, e também com uma atuação mais crítica no âmbito da CSP-Conlutas. Por outro lado, no eixo da atuação interna, buscamos fortalecer nossa atuação voltada para ações com a base e de fortalecimento dos espaços do sindicato”, avaliou Eblin Farage, secretária-geral do ANDES-SN.

CARTILHAS

Durante a Conape, em maio, o ANDES-SN distribuiu ao público a cartilha “Um pouco de história, pois o futuro não se constrói só com o presente”, do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE). Em junho, o Sindicato disponibilizou a cartilha “Crise de financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia pública”, elaborada pelas coordenações do GTPE, do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GTC&T) e Grupo de Trabalho de Verbas (GTVerbas).

As cartilhas estão disponíveis no site do ANDES - SN.



Presidente do ANDES-SN faz um balanço de 2018

O ano de 2018 trouxe muitos desafios para a classe trabalhadora. Além da consolidação de ataques como a Reforma Trabalhista, o Teto dos Gastos Públicos e a terceirização indireta, o período foi marcado ainda pela ascensão do conservadorismo e do discurso de ódio. Em entrevista ao InformANDES, o presidente do Sindicato Nacional, Antonio Gonçalves, faz uma avaliação do

ano e aponta as perspectivas para 2019.

Em 2018, a classe trabalhadora percebeu de forma mais direta os impactos da EC 95 e da Reforma trabalhista, por exemplo. Como você avalia esse acirramento do conservadorismo e dos ataques aos direitos sociais e à organização dos trabalhadores?

Antonio Gonçalves: Essas políticas foram implementadas com o argumento de que melhorariam a vida da classe trabalhadora, aumentando a renda e diminuindo o desemprego. E a aprovação se deu nesses termos.

Mas quando analisamos a vida do trabalhador e da trabalhadora, vemos que isso não ocorreu. Quando analisamos as nossas condições de trabalho nas universidades, percebemos os danos dessas políticas.

A partir de 2015, o orçamento só diminuiu, e a EC 95 foi aprovada num contexto de recessão, com o orçamento já rebaixado. E aí, se impôs um teto num orçamento que já era insuficiente.

“Essas políticas não vieram para melhorar a nossa vida, mas que fazem parte de um projeto de reconfiguração do Estado nacional, no qual o trabalhador está pagando a conta mais uma vez.”

Isso pode ser sentido na falta de investimento no Ensino Superior e também na redução das verbas de custeio. Há dificuldades para manter muitos serviços nas instituições de ensino superior, houve o “encolhimento” das bolsas estudantis, dificuldade para manter os restaurantes universitários abertos. Já não temos a garantia de qualificação docente. Têm faltado materiais de consumo dentro das Universidades, Institutos e Cefet.

Isso tudo faz a gente perceber claramente que essas políticas não vieram para melhorar a nossa vida, mas que fazem parte de um projeto de reconfiguração do Estado nacional, no qual o trabalhador e a trabalhadora estão pagando a conta mais uma vez.

Das lutas que marcaram esse ano de 2018, quais você destacaria?

Antonio Gonçalves: Nós conseguimos fazer uma luta importante em defesa da autonomia da universidade, acho que esse



é o grande destaque nosso este ano, tanto na mobilização para defender a universidade diante dos ataques, principalmente durante o segundo turno da eleição, mas também do ponto de vista institucional, o ingresso na ADPF 548 como amicus curiae, que foi uma ação muito importante, a nossa vigilância em relação ao Escola sem Partido, que momentaneamente foi arquivado e que sabemos que vai ser reapresentado. A nossa resistência foi fundamental para fazer a defesa da universidade e da liberdade de cátedra.

“alguns estados aumentaram o desconto previdenciário dos servidores de 11/12 para 14%. Isso foi um ataque muito danoso para a nossa organização, para a nossa defesa da seguridade social. Mas, em alguns estados, conseguimos barrar esse aumento.”

Também estivemos vigilantes, ao longo do ano, a respeito da tramitação da Reforma da Previdência, que nós conseguimos barrar ano passado. Claro que não podemos desconsiderar o papel das eleições e a busca pela reeleição por muitos deputados, mas a nossa luta, junto com outras entidades, também foi imprescindível para barrar a Reforma da Previdência do Temer.

Então, eu destacaria esses pontos.

Agora, como a nossa base é muito ampla, tivemos lutas importantes nos estados, onde ocorreram processos de reforma da previdência. Embora não tenha sido uma reforma completa, mas alguns estados aumentaram o desconto previdenciário dos servidores de 11/12 para 14%. Isso foi um ataque muito danoso para a nossa organização, para a nossa defesa da seguridade social. Mas, em alguns estados, conseguimos barrar esse aumento. Tivemos uma ação importante no Paraná com relação à gratificação e ao regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE que a governadora vetou, e houve uma significativa mobilização.

Mas em âmbito geral, eu destacaria a derrota do ‘Escola sem Partido’, que tem repercussões em todos os setores do sindicato, e da Reforma da Previdência.

Além disso, vale ressaltar a nossa participação no Festival pela vida das mulheres e na luta pela descriminalização do aborto, com a audiência pública no Supremo. Foram momentos relevantes, quando reafirmamos a nossa luta classista. A vida das mulheres e a liberdade sobre seus corpos são temas caros para nós do sindicato. Destacam-se também as mobilizações do

dia 29 de setembro, o #elenão, que tiveram as mulheres como protagonistas, ocupando as ruas contra o conservadorismo e o protofascismo.

Ao longo do ano, o ANDES-SN realizou diversas atividades. Qual o saldo desses eventos para o sindicato e para a categoria?

Antonio Gonçalves: Temos alguns temas que são muito caros ao movimento docente. A carreira, as condições de trabalho, a nossa forma organizativa, o aprimoramento da democracia interna. Todos são temas muito relevantes. Essas atividades foram estabelecidas nas nossas instâncias decisórias, e a diretoria buscou com muito zelo cumpri-las e fazer da melhor forma possível para mobilizar a nossa base.

O balanço que eu faço é que alguns temas nós precisamos aprofundar mais na nossa base, que precisa se apropriar mais de alguns conteúdos, como o capacitismo, a defesa dos direitos das mulheres e da população LGBT, por exemplo. Essas pautas identitárias não são conflitantes com a nossa pauta corporativa, relacionada a salários e condições de trabalho. Isso faz parte de um conjunto, de um plano de lutas que nós construímos.

Esses eventos contribuíram para mobilizar a base e para fortalecer a nossa resistência. Nós estamos num momento de refluxo das lutas, um momento defensivo da nossa categoria, e fazer essas atividades ajuda a mobilizar, a levantar questões importantes, para além da nossa pauta corporativa. Eu considero que [as atividades] foram muito bem recebidas pela base, com uma participação expressiva em todas elas. Isso quer dizer que o ANDES-SN tem cumprido um papel fundamental na mobilização da categoria docente, debatendo temas caros ao movimento docente. E que o ANDES-SN é um polo de resistência e que pode, no próximo período, ampliar sua contribuição no processo de organização da classe trabalhadora.

O ano de 2018 também foi marcado pelo processo eleitoral no ANDES-SN que contou com duas chapas. Como você avalia o resultado desse processo, que levou a sua eleição?

Antonio Gonçalves: Eu acho que foi muito importante, após 14 anos, termos uma eleição com duas chapas. Isso reflete muito a conjuntura, porque existem diferenças políticas que se manifestam dentro do sindicato. Isso fortalece a democracia interna. Essas diferenças políticas se expressam de diversas formas e se expressaram na disputa pela direção. Avaliamos que isso fortalece o ANDES-SN como entidade legítima representante do movimento docente. Isso traz uma sinalização de que

forças políticas estão dispostas a construir o ANDES-SN pela base. Entendemos que foi um momento de fortalecimento do sindicato, mas que é um momento já superado. Diante dos ataques anunciados pelo governo de extrema-direita que tomará posse em janeiro, o esforço é para a construção da unidade de ação do sindicato, unidade interna, mas também uma movimentação para fora, buscando unidade com outras categorias de trabalhadores e com os movimentos sociais. É importante que o sindicato esteja unido internamente e que contribua com a construção da unidade da classe.

Qual a perspectiva para 2019? Quais serão os principais desafios para o movimento sindical e para a categoria docente?

Antonio Gonçalves: Estamos prevendo que teremos mais repressão contra as lutas e mais ataques ao nosso projeto de educação pública, gratuita e de qualidade. No que tange o ensino superior, avaliamos que as políticas de cobrança de mensalidade, de ataque à democracia das universidades, às liberdades democráticas devem aumentar; inclusive na escolha de gestores, na perseguição a docentes, no aprofundamento no corte das verbas das instituições de ensino superior públicas, justamente para pautar a cobrança de mensalidade e a busca por outras fontes de recursos e financiamentos na iniciativa privada.

Isso vai dificultar muito a manutenção das instituições de ensino superior tanto no setor das federais quanto das estaduais e municipais. Hoje percebemos que o pacto federativo no Brasil - que sempre foi questionado - não existe, porque os governos estaduais acabam tendo que se submeter à União e as medidas pensadas no âmbito da União acabam capilarizando para estados e municípios. Um exemplo é o aumento da contribuição previdenciária, que em muitos estados foi implementada, mesmo que a União não tenha conseguido aprovar.

A ascensão de Bolsonaro como um governo de extrema-direita, que tem traços protofascistas, coloca a nossa categoria em alerta, e o nosso sindicato tem empreendido diversas ações para fazer esses enfrentamentos. Nós buscamos contribuir no processo de reorganização da classe trabalhadora, através da construção de um fórum que vai lutar pelas liberdades democráticas e pelos direitos da classe trabalhadora. Esse fórum é uma das formas que o ANDES-SN, com seu capital político e com o respeito que tem em diversas categorias, pode contribuir neste momento, que certamente será muito difícil para a classe trabalhadora brasileira.

Coletes Amarelos incendeiaram França



Olivier Morin/REUTERS

Uma onda de manifestações populares fez com que o ano de 2018 terminasse quente na França. Usando coletes amarelos, dezenas de milhares de franceses começaram a se manifestar contra o aumento do preço dos combustíveis e dos pedágios. Logo o movimento cresceu e colocou em xeque uma série de medidas neoliberais do governo do presidente Emmanuel Macron.

Flávio Farias, docente aposentado de economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), fez seu mestrado, doutorado e três pós-doutorados na França. Para ele, os Coletes Amarelos podem ser caracterizados como um movimento social com uma pauta de reivindicações bastante ampla, que pode ser condensada em uma luta contra a diminuição do poder de compra que atinge uma grande parte da população francesa.

“A experiência neoliberal francesa está sendo aprofundada pelo governo de Macron. Há a diminuição do poder de compra em decorrência do aprofundamento do neoliberalismo. O governo francês tirou os impostos dos extremamente ricos dizendo que os ricos vão investir esse dinheiro na economia, mas não está comprovado que isso acontecerá. Existe uma profunda injustiça fiscal e as

pessoas começaram a se organizar, a se juntar, e o próprio movimento levou as reivindicações a aspectos mais amplos, como o questionamento do neoliberalismo. O questionamento aos mais ricos, aos especuladores financeiros, enquanto o governo pede mais sacrifícios dos trabalhadores”, avalia.

Segundo Farias, o processo de luta dos Coletes Amarelos foi a primeira grande resistência à tentativa de aprofundamento do neoliberalismo na França. “É um movimento comparável ao Maio de 68”, diz. O docente aposentado da UFMA ressalta ainda que o problema da França é também um problema europeu, e que isso pode gerar manifestações semelhantes em outros países.

Um mês após o início dos protestos Macron fez um recuo tático. Anunciou, no dia 10 de dezembro, um aumento de 100 euros no salário mínimo para uma parcela dos trabalhadores franceses. Macron também prometeu cancelar o aumento de impostos para aposentados que recebem menos de 2000 mil euros ao mês.

“Foi um recuo de Macron, mas muito pequeno, porque não significou uma mudança da filosofia de usar os recursos do Estado para beneficiar os mais ricos. Os serviços públicos serão sacrificados pelo

que vai faltar com as tarifas em que ele recuou. Não foi dado um aumento geral do salário mínimo, foi um aumento em cima de um ‘penduricalho’, que não vai atingir a todos os trabalhadores. Foi uma medida paliativa, que não atende o essencial das reivindicações”, avalia Flávio Farias.

Ponta do iceberg

A questão dos combustíveis apenas expôs o descontentamento da população francesa, que tem sofrido com o custo de vida mais elevado no país e as política de ajuste fiscal de Macron, que tem privilegiado os mais ricos. O presidente anunciou o fim do Imposto de Solidariedade sobre Fortunas (ISF), que taxa 1% da parcela mais rica da população do país, restringindo o imposto a patrimônios imobiliários com valor superior a 1,3 milhão de euros (R\$ 5,7 milhões) — anteriormente, o imposto era aplicado a todo tipo de bens, como iates, joias e investimentos financeiros.

O tributo foi criado em 1982 para financiar o benefício social da renda mínima, e representava até então, cerca de, 1,5% das receitas fiscais do Estado francês. Com as mobilizações, o imposto sobre fortunas tornou-se alvo dos manifestantes e uma das reivindicações do movimento dos Coletes Amarelos.